

BALA DE PRATA

Ao longo da nossa história, diversos governantes e parlamentares foram eleitos em contextos de verdadeiras ondas de repulsa à corrupção e à ineficiência, sobretudo a partir de denúncias veiculadas pela imprensa, por ações dos órgãos de fiscalização e da conscientização da população a respeito da necessidade de se enfrentar essa disfunção. E não foram poucas as frustrações.

Mas a prevenção e o combate à corrupção não podem ser capturados pela arena política ou considerados como responsabilidade ou virtude que se personifica em determinadas pessoas, das diversas estruturas estatais. Aceitar a ideia de que alguém possa ser “o símbolo anticorrupção” é desconsiderar a responsabilidade coletiva (incluindo, portanto, a dos particulares que contratam com o poder público). Malfeitos devem ser punidos com rigor, mas isso não é o bastante.

Como nenhum ente concentra a retidão ou a má-fé, o cidadão deve demandar transparência efetiva dos atos governamentais e participar de uma discussão madura e propositiva.

Já aprendemos que não existem soluções mágicas ou de-

Aceitar a ideia de que alguém possa ser “o símbolo anticorrupção” é desconsiderar a responsabilidade coletiva

finitivas; uma “bala de prata”. A luta contra a corrupção deve constituir um somatório de práticas continuadas, capazes de provocar mudanças duradouras, começando pelo ambiente familiar e pela escola,

CEZAR MIOLA
Conselheiro do TCE-RS
cezar@tce.rs.gov.br



desde a primeira infância. E é preciso participar ativamente, não apenas cobrando condutas probas e afastando da cena pública, sobretudo pelo voto, os maus gestores, mas também comportando-se na mesma linha de retidão. E aqui ainda temos muito a avançar: estima-se que 2,6 milhões de brasileiros receberam indevidamente o auxílio emergencial para o enfrentamento da pandemia, 680 mil deles servidores públicos.

Neste 9 de dezembro, Dia Internacional contra a Corrupção, vale lembrar que o Brasil amarga a 106ª posição no Índice de Percepção da Corrupção, um ranking de 180 nações elaborado pela Transparência Internacional. O mesmo estudo aponta que o país vem apresentando perda de autonomia em órgãos cruciais para o combate a essa chaga. Mudar o quadro é um dever de todos, com a liderança pelo exemplo daqueles eleitos com tal compromisso.

PRESERVAÇÃO DO PROCESSO

MARCO AURELIO CARDOSO
Economista e Secretário da Fazenda do RS



Em novembro de 2019, o governo apresentava a primeira etapa da Reforma RS, com mudanças na previdência de todos os poderes e em carreiras do serviço público estadual. Fundamentais para reverter o crescimento do gasto com pessoal, as reformas e o controle permanente das demais despesas mostraram-se ainda mais importantes em 2020, com a crise mundial que se somou à estiagem e ao histórico desequilíbrio financeiro do governo estadual.

Agora, o Estado está diante do desafio de garantir continuidade ao processo de ajuste, evitando que os avanços conquistados sejam perdidos. O déficit previdenciário nos 10 meses já foi reduzido em R\$ 1,7 bilhão e a reforma gaúcha ficou em primeiro lugar em análise do Centro de Liderança Pública. Outro estudo, realizado pelo Ipea, comprova que a queda dos gastos com inativos – que começaria em 2034 no Rio Grande do Sul – já ocorre em 2020. A despesa com pessoal, que crescia todos os anos, teve redução de 1,2% até outubro em relação a 2019 e o fluxo de caixa apresenta avanços inquestionáveis, inclusive com a folha salarial tendo sido paga em dia após 57 meses.

As privatizações, outra medida relevante aprovada pelos deputados gaúchos, também avançam com apoio de consultores renomados, indispensáveis pela complexidade do processo. O governo segue firme na busca de equilíbrio fiscal, propondo agora medidas adicionais de teto de gastos e reformulando profundamente o sistema tributário com o foco na competitividade e na facilitação dos negócios. Nenhuma proposta desta administração incluiu aumento da carga tributária que a sociedade está pagando.

É preciso enfatizar, no entanto, que a atual arrecadação não pode ser reduzida abruptamente. Os passivos na dívida, nos depósitos judiciais e nos precatórios, bem como o quadro macroeconômico e a rigidez do nosso orçamento, exigem que o Estado preserve sua arrecadação nos patamares atuais. Assim, poderemos conjugar as iniciativas de contenção de despesas com a preservação de receitas, rumo ao equilíbrio fiscal.

Em todas as decisões, não faltaram diálogo nem transparência. Os desafios previstos para o Estado e para os municípios demandam, mais uma vez, determinação do governo e responsabilidade dos parlamentares. Os resultados até aqui comprovam que estamos no caminho certo.

O Estado está diante do desafio de garantir continuidade ao processo de ajuste fiscal, evitando que os avanços conquistados sejam perdidos

UM ELOGIO AO PROFESSOR

SHIRLEY SHEILA CARDOSO
Vice-diretora educacional do Colégio Marista Champagnat



Inés Dussel (2020), em seu texto “La clase en pantuflas”, usou uma metáfora muito interessante para descrever esse tempo de pandemia e o processo de escolarização, ao qual chamou de “aulas de pantufas”. De fato, estávamos nós, professores, de chinelos, pantufas ou, por vezes descalços, o que não estávamos era improvisados, desanimados e sem o compromisso com uma educação empática, de qualidade e humanizadora.

O lugar habitual da docência foi “invadido” e atingiu diretamente o modo operante da atuação dos professores. De uma escola real, presencial, relacional e regulada pelo convívio diário entre professor, estudante e o conhecimento passamos, de um dia para outro, para uma escola vazia fisicamente, com conhecimento a distância, interação exclusivamente virtual e a ne-

cessária reinvenção de pensar o modo de como se produz conhecimento e como se estabelece relação com os sujeitos.

Professores se reinventaram e recriaram suas práticas porque acreditaram que o conhecimen-

Que não nos falte coragem para produzirmos outras formas de fazer educação

to e o vínculo com a escola deveriam ser imprescindíveis para continuar e superar o percurso de aprendizagem mesmo em tempo de pandemia. O processo de escolarização, desse modo, foi uma forma profícua para

que as crianças e os jovens acreditassem que tudo iria passar, que precisaríamos continuar o seu percurso e que a vida sempre exigirá de nós muitos desafios, e nos cabe resolvê-los da melhor forma possível.

A história da educação está repleta de experiências e projetos assim, em que pulsam novas narrativas de ser e fazer educação por profissionais que amam sua profissão e a realizam da melhor forma possível. Entre as memórias da docência, encontramos sempre traços e práticas que consagram a escola como um lugar de vida e do bem comum. Que não nos falte coragem para construirmos alternativas possíveis, para trilharmos a via do comum e assim produzirmos outras formas de fazer educação. Um elogio a esse profissional que fez a diferença na educação brasileira neste ano de pandemia.